

# Qual o efeito de longo prazo do Bolsa Família? Determinantes da chance de saída do programa ao longo de 10 anos

**Maria Isabel A. Theodoro Habenschus<sup>1</sup>**

Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade de Ribeirão Preto – Universidade de São Paulo

**Luiz Guilherme Scorzafave**

Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade de Ribeirão Preto – Universidade de São Paulo

## Resumo

O Brasil possui hoje o maior programa de transferência condicionada de renda do mundo, o Programa Bolsa Família (PBF). Ao se tornarem beneficiárias do PBF, as famílias assumem diversos compromissos relacionados à saúde e educação. Essas condicionalidades visam ampliar o acesso dessas famílias a seus direitos sociais básicos e, dessa forma, romper o chamado ciclo intergeracional de pobreza. Dado isso, o objetivo deste trabalho é analisar a eficácia do PBF em cumprir seus objetivos de longo prazo, ou seja, analisar se as crianças e jovens de famílias beneficiárias estão conseguindo deixar de ser dependentes do programa ao longo do tempo. Para isso foi calculada a taxa de permanência no PBF ao longo de todo o período de vigência do programa para uma coorte de beneficiários do PBF que tinham 10 anos em 2005. Cerca de 40 % desses continuavam como beneficiários em 2015. Além disso, se em 2005 a criança residia em um município com educação de baixa qualidade (medida pelo IDEB) isso aumenta a chance de ela continuar como beneficiária do programa 10 anos depois. Assim, é possível que a condicionalidade do PBF relacionada a educação tenha impacto heterogêneo na transmissão intergeracional da pobreza, dependendo da qualidade da educação a qual a criança teve acesso aos 10 anos de idade.

## Abstract

Brazil has today the largest Conditional Cash Transfers Program in the world, the Programa Bolsa Família (PBF). By becoming beneficiaries of the PBF, families make several commitments related to health and education. These conditionalities aim to broaden these families' access to basic social rights and thus break the so-called intergenerational cycle of poverty. Given this, the objective of this study is to analyze the effectiveness of PBF in fulfilling its long-term objectives, that is, to analyze if the children and young people of beneficiary families are able to stop being dependent on the program over time. For this purpose, a PBF permanence rate was calculated over the entire duration of the program for a cohort of PBF beneficiaries that was 10 years old in 2005. About 40% of these continued as beneficiaries in 2015. In addition, if in 2005 a child resided in a municipality with low quality education (as measured by the IDEB) that increased the chance that he or she would continue as a beneficiary of the program 10 years later. Thus, it is possible that education-related PBF conditionality has a heterogeneous impact on the intergenerational transmission of poverty, depending on the quality of education to which the child had access to at the age of 10.

**Palavras-Chave:** Programa Bolsa Família. Ciclo Intergeracional de Pobreza. Longo Prazo.

**Key Words:** Family Grant Program. Intergenerational Cycle of Poverty. Long term.

**Área ANPEC:** 12 - Economia Social e Demografia Econômica

**Classificação JEL:** I32, I38

---

<sup>1</sup> Autora agradece à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), processo nº 2017/02861-4, pela bolsa de doutorado.

## 1. Introdução

Nas últimas décadas houve uma grande expansão de programas de transferências condicionadas de renda em muitos países da América Latina e do Caribe, difundindo-se também em países da África, Oriente Médio e Ásia<sup>2</sup> (BARRIENTOS, 2013). Inserido nesse contexto, em 2003 o Brasil criou o Programa Bolsa Família (PBF) como forma de unificar os programas de transferência e de combate à pobreza já existentes (CAMPELLO E NERI, 2013). O PBF ganhou escala ao longo do tempo e hoje é considerado o maior programa de transferência condicionada de renda do mundo, com aproximadamente 14 milhões de famílias atendidas e mais de R\$28 bilhões em transferências de benefícios em 2016 (MDS, 2017; VASCONCELOS et al., 2017).

Com o propósito de beneficiar famílias em situação de pobreza (renda mensal por pessoa entre R\$89,01 e R\$178,00, desde que tenham crianças ou adolescentes de 0 a 17 anos) e de extrema pobreza (renda mensal por pessoa de até R\$89,00) em todo o país<sup>3</sup>, o PBF articula ações que trariam efeitos no curto e no longo prazo. A transferência direta de renda tem como objetivo promover o alívio imediato da pobreza, propiciando condições para aquisição de bens e serviços básicos. As condicionalidades reforçam o acesso a direitos sociais básicos nas áreas de educação, saúde e assistência social. E as ações e programas complementares objetivam o desenvolvimento das famílias, de modo que os beneficiários consigam superar a situação de vulnerabilidade.

O PBF é um dos programas mais estudados nos últimos anos e as numerosas avaliações existentes na literatura parecem evidenciar sua eficácia no curto prazo. No entanto, uma questão negligenciada na literatura é se o PBF também tem sido bem-sucedido em gerar os benefícios esperados a longo prazo.

Este trabalho se propõe a verificar a eficácia do PBF no longo prazo, investigando se o PBF está realmente contribuindo para quebrar o ciclo intergeracional da pobreza. Para tanto, introduzimos o conceito de taxa de permanência no PBF. A ideia consiste em verificar quantos dos beneficiários em um determinado ano continuam como beneficiários com o passar dos anos. Nesse artigo, em particular, analisamos a taxa de permanência no programa (até 2015) de todos os que eram beneficiários em 2005 e que completaram 10 anos naquele ano.

A escolha desse grupo se justifica porque além de investigar a taxa de permanência, também são investigados os determinantes da permanência no programa até 2015. Em particular, avaliamos se a probabilidade de continuar como beneficiário do PBF por mais tempo depende da qualidade da educação do município em 2005 (medida pelo IDEB). Os resultados indicam que quanto maior o IDEB do município em 2005, maior a probabilidade de deixar de ser um beneficiário do programa. Isso indica que a efetividade da condicionalidade de frequência escolar pode ser insuficiente para garantir a quebra do ciclo intergeracional da pobreza e que crianças igualmente pobres tem probabilidades distintas de não mais precisar do PBF de acordo com a qualidade da educação que recebem.

Este trabalho está organizado em 7 seções além desta introdução. Inicialmente, é apresentado o desenho do PBF, onde são exibidos os valores dos benefícios e os compromissos assumidos pelas famílias beneficiárias. A seguir, é feita uma breve revisão da literatura com avaliações do PBF e avaliações de programas de transferência condicional de renda de outros países. Depois disso, a seção 4 apresenta a base de dados utilizada e a seção 5 apresenta uma análise descritiva dos dados. A taxa de permanência e seus determinantes são apresentadas nas seções 6 e 7, respectivamente, e, por fim, na seção 8 estão as conclusões do trabalho.

---

<sup>2</sup> Ver Fiszbein e Schady (2009), Cecchini e Madariaga (2011), Garcia e Moore (2012), Handayani e Burkley (2010), Soares e Brito (2007).

<sup>3</sup> Valores em vigor a partir de 01 de julho de 2018.

## 2. Programa bolsa Família: valores dos benefícios e condicionalidades

A parcela mensal que as famílias recebem no PBF é composta por vários tipos de benefícios. O valor que cada família recebe varia de acordo com seu perfil. Entre as informações consideradas, estão: a renda mensal por pessoa, o número de integrantes, o total de crianças e adolescentes de até 17 anos, além da existência de gestantes e nutrizes. Seguem abaixo os valores atribuídos a cada diferente característica da família e que compõem a parcela mensal do benefício, de acordo com MDS (2017):

- **Benefício Básico:** o valor repassado mensalmente é de R\$ 89,00 e é concedido às famílias em situação de extrema pobreza, mesmo não tendo crianças, adolescentes, jovens, gestantes ou nutrizes em sua composição.
- **Benefício Variável:** o valor é de R\$ 41,00 e é concedido às famílias com renda mensal de até R\$ 178,00 per capita, desde que tenham crianças, adolescentes de até 15 anos, gestantes e/ou nutrizes. Cada família pode receber até cinco Benefícios Variáveis, ou seja, até R\$ 205,00. No caso do Benefício Variável à Gestante são pagas 9 parcelas mensais consecutivas de R\$ 41,00 e do Benefício Variável Nutriz são pagas 6 parcelas mensais consecutivas também de R\$ 41,00 (benefício concedido desde 2012).
- **Benefício Variável Vinculado ao Adolescente (BVJ):** o valor concedido é de R\$ 48,00 a todas as famílias que tenham adolescentes de 16 e 17 anos frequentando a escola. Cada família pode receber até dois BVJs (benefício concedido desde 2008).
- **Benefício para Superação da Extrema Pobreza (BSP):** é pago às famílias, que mesmo recebendo os benefícios financeiros do PBF continuam em situação de pobreza extrema (renda per capita mensal de até R\$ 89,00). O valor do benefício correspondente ao necessário para que a família supere os R\$ 89,00 mensais por pessoa (benefício concedido desde 2012).

Dessa forma, com base nos valores acima, o valor máximo mensal recebido por uma família considerada extremamente pobre composta por chefe e/ou cônjuge, com 5 crianças (ou mais) e 2 adolescentes entre 15 e 17 anos (ou mais) é de R\$301,00. As famílias que recebem mais do que esse valor são aquelas que, mesmo com o benefício, a renda per capita familiar mensal não atingiu R\$89,00. Nesse caso, a família recebe a complementação de valor até atingir o valor de superação da extrema pobreza.

A seleção das famílias para o PBF é feita com base nas informações registradas pelo município no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal, instrumento de coleta e gestão de dados que tem como objetivo identificar todas as famílias de baixa renda existentes no Brasil<sup>4</sup>. O Cadastro Único permite conhecer a realidade socioeconômica dessas famílias, trazendo informações de cada um dos seus componentes, características do domicílio e as formas de acesso a serviços públicos essenciais<sup>5</sup>.

Vale destacar que pelas regras do PBF uma família pode ser composta por uma ou mais pessoas, e pode ser eventualmente ampliada por outras que contribuam para o rendimento ou tenham suas despesas atendidas por ela, todas moradoras de um mesmo domicílio. E o responsável pela unidade familiar, pessoa responsável por prestar as informações para o Cadastro Único, deve ser um dos componentes da família e morador do domicílio, com idade mínima de 16 anos, preferencialmente, mulher (MDS, 2015).

Ao se tornarem beneficiárias do PBF, as famílias assumem diversos compromissos (contrapartidas) relacionados à saúde e educação. As famílias beneficiárias assumem o compromisso de manter todas as crianças e adolescentes entre 6 e 15 anos devidamente matriculados e com frequência escolar mensal mínima de 85% da carga horária. Já os estudantes entre 16 e 17 anos devem ter frequência de, no mínimo, 75%. Além disso, devem acompanhar o cartão de vacinação e o crescimento e desenvolvimento das crianças menores de 7 anos. Por fim, as gestantes ou nutrizes (lactantes), devem realizar o pré-natal e o

---

<sup>4</sup> Famílias de baixa renda são entendidas como aquelas que têm renda mensal de até meio salário mínimo por pessoa ou renda mensal total de até três salários mínimos (MDS, 2015).

<sup>5</sup> O Cadastro Único é um banco de dados amplo e que dá acesso a outros programas e políticas sociais do Governo Federal, não apenas ao Programa Bolsa Família (MDS, 2015).

acompanhamento da sua saúde e do bebê (MDS, 2017). Cabe destacar que ao longo do tempo, praticamente não houve alterações nessas condicionalidades.

O objetivo das condicionalidades é estimular um melhor acompanhamento do atendimento do público-alvo pelos serviços básicos de saúde, educação, e assistência social e, assim, atacar alguns determinantes da pobreza durante um tempo necessariamente longo para que as futuras gerações possam efetivamente ter condições de superar e romper o ciclo intergeracional de pobreza (CAMPELO, 2013).

### **3. Efeitos dos programas de transferência condicional de renda**

O PBF é um dos programas mais estudados na literatura nos últimos anos e as evidências dos seus impactos sobre a desigualdade de renda, a pobreza, a educação e a saúde são muitas. Os avanços do Brasil na última década no sentido de melhoria dos índices de pobreza e desigualdade de renda são inegáveis<sup>6</sup>. Entre 2003 e 2011, a pobreza e a extrema pobreza somadas caíram de 23,9% para 9,6% da população (SOUZA E OSORIO, 2013) e de 1999 a 2009, o coeficiente de Gini caiu de 0,592 para 0,540, sendo que o PBF foi responsável por 15% dessa queda. (SOARES et al., 2010)<sup>7</sup>.

No que diz respeito à saúde, estudos e pesquisas de avaliação de impacto destacam a contribuição do PBF na redução da desnutrição, mortalidade infantil e baixo peso ao nascer. Segundo Rasella et al. (2013), a diminuição acentuada da desnutrição infantil na última década, principalmente entre as famílias pobres, pode ser atribuída tanto à transferência monetária mensal do PBF, dado que as famílias beneficiárias do PBF aumentam as despesas com alimentos e melhoram em termos nutricionais, quanto às condicionalidades de saúde como visitas pré-natais, cuidados pós-natais e atividades educacionais de saúde e nutrição para as mães, respeito ao calendário de vacinação regular e de rotinas de check-up para crescimento e desenvolvimento de crianças menores de 7 anos de idade.

Com relação à educação, a literatura tem mostrado que os programas de transferência condicionada aumentam significativamente a probabilidade de que crianças pobres estejam matriculadas e efetivamente frequentem a escola, porém, o grau e a magnitude deste efeito variam entre países (BANCO MUNDIAL, 2011). Para o Brasil, Cireno et al. (2013) encontraram evidências de que o PBF tem efeitos positivos sobre a trajetória escolar das crianças beneficiárias em termos de aumento do número de matrículas, diminuição das taxas de abandono e aumento das taxas de promoção e aprovação<sup>8</sup>.

As numerosas avaliações existentes na literatura parecem não deixar dúvida de que o PBF tem sido eficaz no curto prazo em termos de alívio imediato da pobreza. No entanto, a questão ainda não investigada na literatura é se o PBF também tem sido bem-sucedido no longo prazo.

Nesse sentido, muito tem se discutido sobre as portas de saídas do programa e sobre a efetividade das condicionalidades em cumprir sua função de interromper o ciclo de pobreza entre as gerações<sup>9</sup>. Vários autores defendem que as contrapartidas são tão ou mais importantes que o benefício monetário em si (SOARES e SÁTYRO, 2009 e BARRIENTOS, 2013). O argumento consiste no fato de os filhos das famílias que recebem o benefício acumularem mais capital humano e, como dito anteriormente, há evidências consideráveis de que a participação no PBF melhora os indicadores educacionais.

---

<sup>6</sup> Lindert et al. (2007), Barros et al. (2010b), Soares et al. (2009), Soares, Ribas e Soares (2009), Soares et al. (2006), Soares et al. (2007), Hoffmann (2007); Barros et al. (2007).

<sup>7</sup> Outros motivos de grande importância, como o aumento real do valor do salário mínimo e os próprios avanços educacionais também tiveram grande impacto na redução da pobreza e na inédita queda da desigualdade de rendimentos (OSORIO et al., 2011 e PAIVA et al., 2013).

<sup>8</sup> Glewwe e Kassouf (2008), INEP (2011), Craveiro e Ximenes (2013) e Oliveira e Soares (2013) também encontram evidências nesse sentido.

<sup>9</sup> As contrapartidas existem desde o início do programa em 2003, no entanto sua cobrança se tornou rígida somente após 2006, quando o MDS, o MEC e o Ministério da Saúde iniciaram a implementação de um sistema de acompanhamento mais eficaz (SOARES e STYRO, 2009).

No entanto, a visão de que as condicionalidades garantiriam uma mudança intergeracional não está isenta de críticas. Por exemplo, Reimers, Silva e Trevino (2006) assinalam que um dos problemas dessa visão é que a formação escolar e os anos passados na escola podem não ser suficientes para melhorar o capital humano se o ensino oferecido for de baixa qualidade.

Na literatura internacional tem se observado uma discussão a respeito dos efeitos de longo prazo das políticas de transferência de renda. No México, Behrman et al. (2011) encontram impactos positivos do programa local de transferência de renda (PROGRESA) na escolaridade, adiamento da entrada no mercado de trabalho (no caso de jovens com menos de 21 anos), aumento de trabalho para meninas (com idade entre 19 e 21 anos) e de emprego não agrícola.

Barham et al. (2016) estudam os efeitos de longo prazo das transferências de renda feitas na Nicarágua. Eles concentraram-se nas transferências recebidas no final da infância e encontraram que os meninos que receberam transferências de renda completaram 0,5 ano mais de escolaridade, tiveram pontuações 0,2 desvios-padrão mais elevados em avaliações de proficiência escolar, e têm renda entre 10 e 30 por cento mais elevada.

No entanto, em alguns casos, os resultados de longo prazo de programas de transferência condicional de renda foram menos animadores. Por exemplo, Baez e Camacho (2011) encontram que na Colômbia, o nível de aprendizado dos beneficiários concluintes do ensino médio foi semelhante ao nível dos não beneficiários igualmente pobres e também concluintes.

Araújo et al. (2016) estudaram os efeitos de longo prazo (10 anos) das transferências no Equador. Os autores encontraram que as transferências aumentaram a conclusão do ensino secundário, mas os efeitos foram pequenos, entre 1 e 2 pontos percentuais em uma taxa de conclusão de 75% no grupo de controle. Além disso, concluíram pela baixa probabilidade de que as transferências monetárias tenham quebrado a transmissão intergeracional da pobreza no Equador.

Ainda nesse sentido, Molina-Millán et al. (2016) fizeram uma revisão de trabalhos que avaliam os impactos de longo prazo dos programas de transferência de renda do México, Nicarágua e Colômbia e constataram que a evidência é inconclusiva. Segundo os autores a literatura encontra efeitos positivos de longo prazo sobre a escolaridade, bem como alguns impactos positivos sobre habilidades socioemocionais, emprego e renda. No entanto, muitas outras estimativas não são estatisticamente diferentes de zero e muitas vezes não é possível discernir se isso se deve à falta de impacto ou a deficiências metodológicas nos estudos de avaliação.

Uma vez que não existem evidências dessa natureza para o Brasil e como o Programa Bolsa Família completa 15 anos em 2018, o objetivo desse artigo é avaliar se os beneficiários do Programa estão conseguindo superar a armadilha da pobreza.

#### **4. Dados**

Para realização deste trabalho, foram solicitados os dados do Cadastro Único e do Banco de Pagamentos de Benefícios junto ao Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário (MDS)<sup>10</sup>. Foram disponibilizados dados do Cadastro Único de 2011 a 2015 e do Banco de Pagamento de Benefícios de 2003 a 2016.

O Cadastro Único apresenta uma riqueza muito grande de informações, porém, para um período mais curto e recente de tempo. O Banco de Pagamento dos Benefícios apresenta poucas informações: ano, mês, código do município, Número de Identificação Social (NIS), data de nascimento e valor do benefício mensal recebido. No entanto, mesmo com poucas variáveis, o Banco de Pagamento de Benefícios permite identificar e acompanhar os indivíduos ao longo dos anos (a principal variável utilizada para isso é o NIS).

---

<sup>10</sup> Em conformidade com o processo regulado pelo art. 11 da Portaria MDS 10/2012.

Cabe destacar que o tamanho das bases de dados descritas acima é um desafio por si só no presente trabalho. O Banco de Pagamento de Benefícios é um banco anual, onde em cada ano temos uma linha para cada indivíduo em cada mês do ano em que ele recebeu algum benefício do PBF.

Para o tratamento de informações dessa magnitude, foi utilizado o Sistema Gerenciador de Bancos de Dados – PostgreSQL em conjunto com o software RStudio, que é um ambiente de desenvolvimento integrado para R, ambos mais adequados para lidar com bancos de dados desse porte. É importante salientar que apesar de o objetivo de calcular a taxa de permanência no PBF parecer simples (e, na verdade, a ideia é simples e seu cálculo também), um dos grandes desafios deste trabalho é executar as ações bem como acompanhar os indivíduos em uma base de dados tão grande.

Além das variáveis extraídas dessas duas bases de dados descritas acima, também serão utilizadas quatro variáveis de nível municipal. São elas:

- Estimativa da população com 10 anos em 2005 (Fonte: MS/SGEP/Datasus);
- Percentual de pobres em 2000: percentual de pessoas com renda domiciliar per capita inferior a R\$75,50 (equivalente a 1/2 do salário mínimo vigente em agosto de 2000). O universo de indivíduos é limitado àqueles que vivem em domicílios particulares permanentes (Fonte: IPEA);
- Índice L de Theil em 2000: Mede a desigualdade na distribuição de indivíduos segundo a renda domiciliar per capita. (Fonte: IPEA);
- IDEB em 2005: índice que varia de 0 a 10, combinando fluxo escolar e aprendizagem de forma a equilibrar essas duas dimensões. Quanto maior, melhor o nível educacional do município. (Fonte: INEP).

## 5. Análise descritiva dos dados

Antes de analisar a taxa de permanência cabe uma breve análise descritiva dos dados começando pela evolução do PBF em número de famílias, pessoas atendidas e valores investidos ao longo dos anos de vigência do programa.

Tabela 1: Evolução do PBF

Ano	Famílias atendidas (em milhões)	Valor investido (em bilhões)	Número de beneficiários (em milhões)
2003	3,6	3,2	11,5
2004	6,6	5,5	19,6
2005	8,7	6,8	25,0
2006	11,1	7,8	34,5
2007	11,1	9	34,9
2008	11,1	10,6	36,2
2009	12,4	12,5	40,5
2010	12,9	14,4	40,8
2011	13,4	17,4	40,8
2012	13,7	20,2	42,2
2013	14,1	24,5	44,3
2014	14,0	27,2	46,1
2015	14,0	27,6	46,9

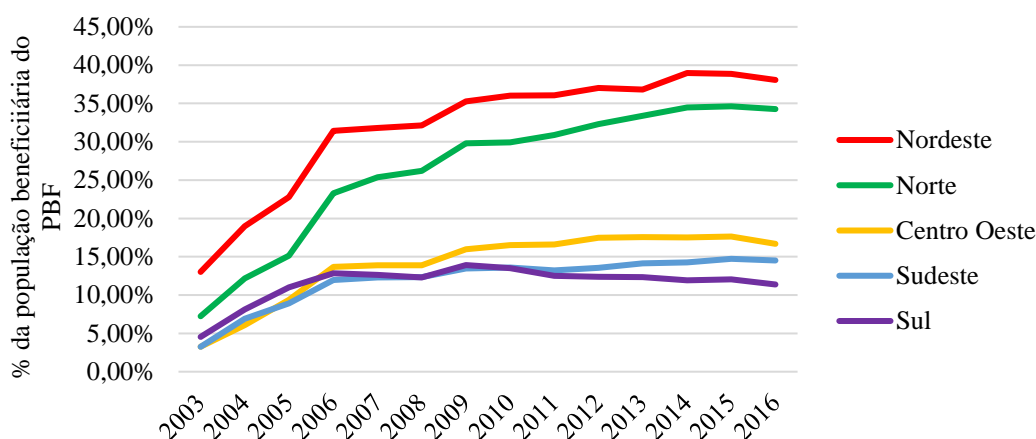
Fonte: MDS – Dados do site do MDS de 2003 a 2013 complementados com dados do Cadastro Único e Banco de Pagamento de Benefícios.

Conforme se observa na tabela 1, o PBF ganhou escala ao longo dos anos, principalmente a partir de 2006. Em 2003 ele começou beneficiando 3,6 milhões de famílias (com um investimento de 3,2 bilhões de

reais) e atingiu em 2015 o número de cerca de 14 milhões de famílias (e 27,6 bilhões de reais investidos), beneficiando 46.922.496 pessoas, cerca de 23% da população brasileira.

Quando se analisa a evolução do percentual da população beneficiária do PBF em número de beneficiários nas macrorregiões do país, conforme se observa no gráfico 1, se percebe que a região Nordeste sempre foi a região com maior percentual da população beneficiária, seguida pelas regiões Norte, Centro Oeste, Sudeste e Sul. Observa-se também que durante toda a vigência do PBF, ocorreu apenas duas mudanças de posição, com a região Sul mudando de posição de 3ª para 4ª em 2006 e de 4ª para 5ª em 2010.

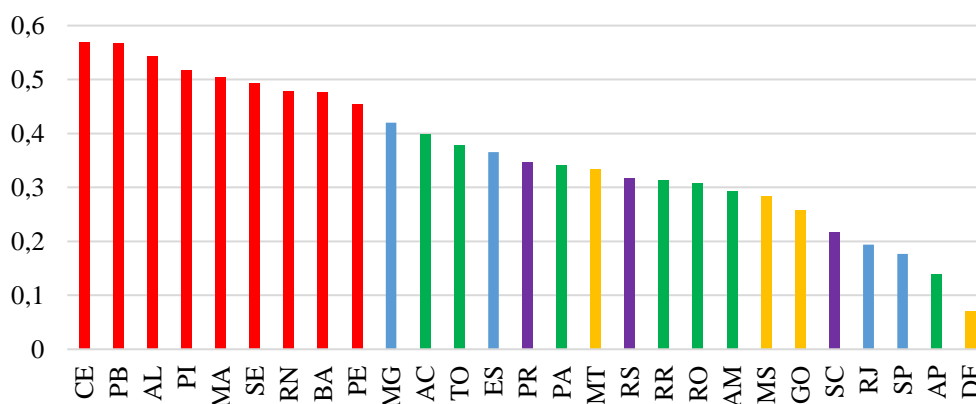
Gráfico 1: Evolução do percentual da população beneficiária do PBF - por macrorregiões



Fonte: Elaborado pelo autor

Analisando os dados específicos da coorte acompanhada neste trabalho, composta pelos beneficiários que completaram 10 anos de idade em 2005, verifica-se no gráfico 2 que as nove unidades da federação com o maior percentual da população com 10 anos de idade em 2005 beneficiária do PBF nesse mesmo ano eram todas da região Nordeste, sendo que todas tinham 45% ou mais da população com 10 anos de idade beneficiária do PBF. No outro extremo temos as três unidades da federação com menor percentual da população com 10 anos em 2005 beneficiária do PBF eram São Paulo, Amapá e Distrito Federal, com respectivamente, 17,6%, 13,8% e 7%.

Gráfico 2: Percentual da população com 10 anos de idade em 2005 beneficiária do PBF - por unidade da federação



Fonte: Elaborado pelo autor

Tabela 2: Descritiva das variáveis individuais e municipais da coorte acompanhada

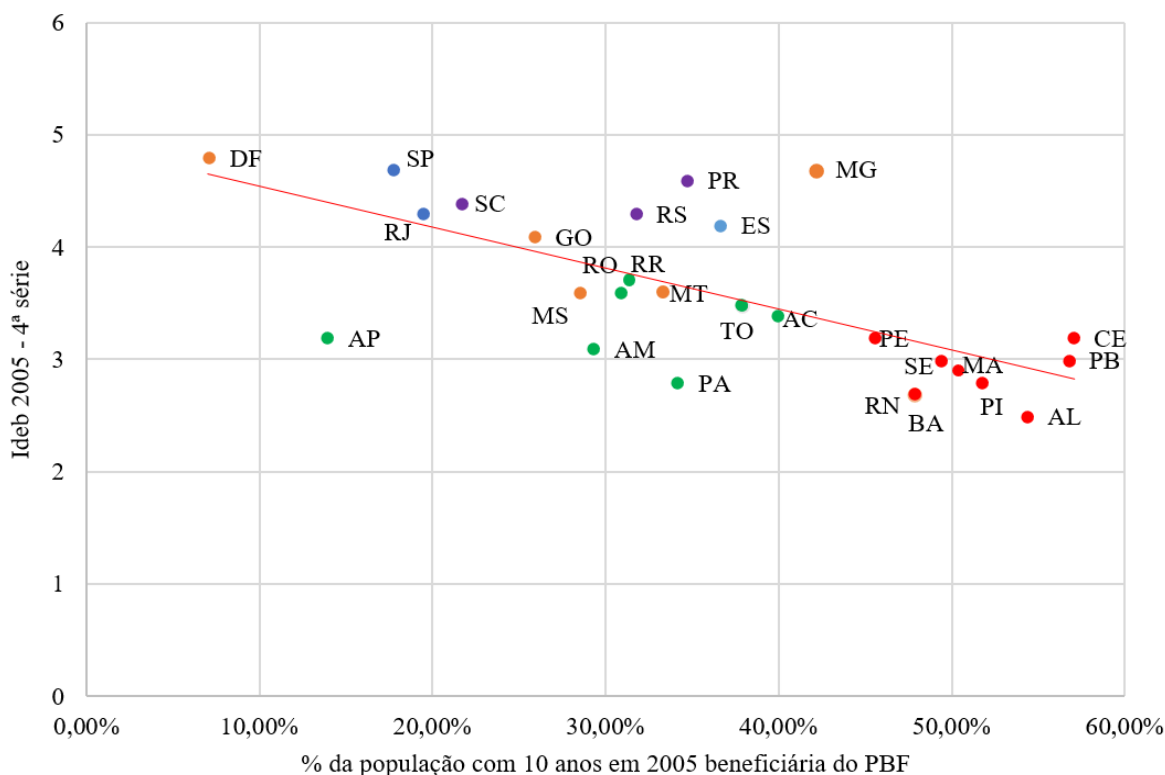
Variáveis	N. Obs.	Média	Desvio-Padrão	Mínimo	Máximo
Homem	1.107.687	0,51	0,50	0	1
Branco	1.104.723	0,31	0,46	0	1
Número de irmãos mais velhos beneficiários do PBF em 2005	1.258.230	0,89	0,93	0	26
Número de irmãos mais novos beneficiários do PBF em 2005	1.258.230	0,94	0,98	0	10
IDEB municipal em 2005 - 4ª série	1.229.100	3,51	0,83	1,1	7,3
% de pobres no município em 2000	1.255.608	45,49	23,24	2,74	93,02
Índice L de Theil municipal de 2000	1.255.608	0,57	0,12	0,19	1,27

Fonte: Elaborado pelo autor

As estatísticas descritivas das demais variáveis de controle que farão parte das estimativas são apresentadas na tabela 2. Conforme observa-se, 51% das crianças da coorte de beneficiários com 10 anos em 2005 eram meninos, 46% brancos, tinham em média menos de 1 irmão mais velho ou mais novo também beneficiário do PBF. Com relação às variáveis municipais, o percentual médio de pobres nos municípios em 2000 era de 45,49%, o índice L de Theil médio em 2000 era 0,57 e o IDEB médio dos municípios em 2005 na 4ª série era 3,51.

Ainda com relação ao IDEB de 2005 da 4ª série, ao relacioná-lo com o percentual da população com 10 anos de idade em 2005 beneficiária do PBF, em nível estadual, encontra-se uma relação negativa, conforme observa-se no gráfico 3. Assim, unidades da federação com maior percentual de população com 10 anos de idade em 2005 beneficiária do PBF apresentam, em média, menores valores do IDEB.

Gráfico 3: Gráfico de dispersão do percentual da população com 10 anos de idade em 2005 beneficiária do PBF plotada em função do IDEB da 4ª série em 2005 – por unidade da federação



Fonte: Elaborado pelo autor



## 6. Taxa de permanência agregada

Como dito anteriormente, o objetivo deste trabalho é analisar se os beneficiários do PBF estão conseguindo escapar da armadilha da pobreza, ou seja, verificar se as crianças de famílias beneficiárias estão conseguindo melhorar sua condição de renda e deixando de ser dependentes do programa ao longo do tempo.

Buscando atingir esse objetivo, essa seção do trabalho será dedicada a analisar a evolução da taxa de permanência agregada no PBF para os beneficiários de uma coorte específica, composta pelos que tinham 10 anos de idade em 2005.

A taxa de permanência agregada é definida como:

$$\text{Taxa de permanência agregada}_t = \frac{NBPF_{2005+k}}{NBPF_{2005}} \quad (1)$$

onde  $NBPF$  é o número de beneficiários do PBF e  $k$  é o número de anos de vigência do PBF entre 2006 a 2015, ou seja,  $k = 1, 2, \dots, 10$ .

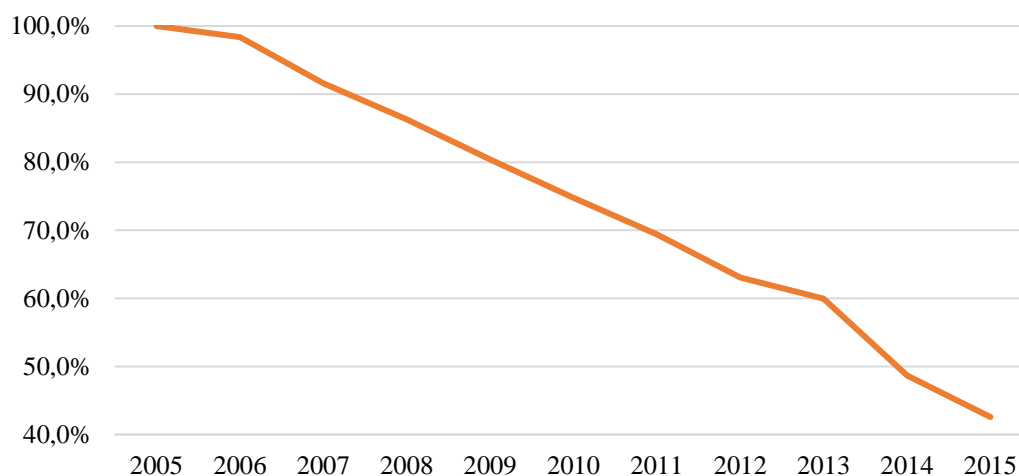
A escolha de acompanhar os indivíduos a partir desta idade específica se deve a três fatores. O primeiro deles é que a partir dos anos finais do ensino fundamental a evasão escolar começa a crescer e as condicionalidades de educação do PBF podem estar ajudando a minimizar esse problema. O segundo é que os indivíduos com 10 anos de idade em 2005 completaram 20 anos em 2015, logo, ao escolher essa idade, torna-se possível acompanhar os indivíduos durante toda sua adolescência e início de vida adulta. Por fim, em 2005 houve a primeira edição da Prova Brasil, que permitiu a avaliação da qualidade da educação em nível municipal por meio do IDEB.

Outro ponto relevante de citarmos é que o acompanhamento ano a ano dos indivíduos só é possível devido à identificação do Número de Identificação Social (NIS) no Banco de Pagamento de Benefícios e no Cadastro Único. Enquanto os indivíduos têm menos de 18 anos e fazem parte de uma família beneficiária do PBF eles podem gerar recebimento de benefícios variáveis para suas famílias. Nesse caso, o NIS desses indivíduos pode ser encontrado no Banco de Pagamento de Benefícios do PBF, assim como do seu responsável familiar. No entanto, quando os indivíduos atingem 18 anos não é mais possível encontrá-los na base de Pagamento de Benefícios do PBF; porém, é possível encontrá-los na base do Cadastro Único.

No caso específico dos indivíduos da coorte acompanhada neste trabalho, eles atingiram 18 anos em 2013. Nesse caso, a partir de 2013 só é possível encontrar os NIS dos indivíduos dessa coorte no Banco de Pagamento de Benefícios do PBF caso eles sejam cadastrados como responsáveis familiares. No entanto, mesmo o indivíduo não sendo encontrado no Banco de Pagamento de Benefícios do PBF é possível que ele ainda faça parte de uma família beneficiária do PBF e que contribua para a composição da renda familiar per capita. Nesse caso, para identificar esses casos procuramos os NIS desses indivíduos no banco de dados do Cadastro Único e identificamos se os mesmos faziam parte de uma família beneficiária do PBF.

Dado isso, construímos a taxa de permanência agregada da coorte no PBF, apresentada no gráfico 4. Conforme se observa no gráfico, no ano de 2005 todos os indivíduos da coorte eram beneficiários do PBF. A partir de 2006, a cada ano uma parte dos indivíduos acompanhados deixam de ser beneficiários do PBF.

Gráfico 4: Evolução da taxa de permanência agregada – coorte de indivíduos beneficiários do PBF em 2005 com 10 anos de idade



Fonte: Elaborado pelo autor – Base de Pagamento de Benefícios e Cadastro Único

Observa-se no gráfico 4 que a taxa de permanência agregada diminui de forma contínua e praticamente constante ao longo de todo o período analisado atingindo o valor de 42,6% em 2015. Isso significa que dos 1.258.191 indivíduos beneficiários do PBF com 10 anos de idade em 2005, encontramos 535.781 deles, com 20 anos em 2015, inseridos em uma família ainda beneficiária do programa (como responsável familiar ou dependente). Vale destacar que 9% dos indivíduos dessa coorte (cerca de 112 mil pessoas) eram responsáveis familiares beneficiários do PBF. Assim, temos uma evidência que esse grupo não conseguiu superar a situação de pobreza.

Cabe destacar aqui que cerca de 12% dos indivíduos da coorte possuem um comportamento de saída e posterior reentrada no programa ao longo do tempo. Nesse artigo, vamos trabalhar apenas com os 88% da coorte que ao sair do programa, não retorna mais ao mesmo até 2015.

A variável que descreve o formato da participação do indivíduo no PBF é composta por 11 caracteres, onde cada caractere representa a participação ou não do beneficiário no PBF em um ano (de 2005 a 2015), sendo 1 caso tenha sido beneficiário do PBF no ano e 0 caso contrário. Nesse caso, podemos observar na tabela 3 que dos 1.258.191 indivíduos da coorte 1,07% deixaram de ser beneficiários do PBF já em 2006 e não voltaram a ser beneficiário em nenhum dos anos seguintes, dessa forma, o formato da sua participação no PBF é “10000000000”. Em sequência temos que 4,85% dos indivíduos foram beneficiários nos dois primeiros anos analisados, depois deixaram de ser beneficiários e não voltaram mais (11000000000) e assim por diante. Vale ressaltar que os anos com maiores saídas do PBF foram 2014 e 2015, quando aproximadamente 9% dos indivíduos da coorte deixaram de ser beneficiários do PBF.

Ainda analisando a tabela 3 observamos que 35,24% dos indivíduos da coorte se tornaram beneficiários do PBF em 2005 e nunca mais deixaram de ser beneficiários, ou seja, seu formato de participação no PBF é “11111111111”.

Tabela 3: Formato da participação no PBF dos indivíduos da coorte acompanhada

Idade que deixou de ser beneficiário	Ano que deixou de ser beneficiário	Formato de participação	Número de pessoas	% de pessoas
11	2006	10000000000	13.496	1,07
12	2007	11000000000	60.968	4,85
13	2008	11100000000	54.073	4,30
14	2009	11110000000	59.478	4,73
15	2010	11111000000	73.476	5,84
16	2011	11111100000	73.927	5,88
17	2012	11111110000	71.039	5,65
18	2013	11111111000	37.392	2,97
19	2014	11111111100	110.993	8,82
20	2015	11111111110	109.845	8,73
Beneficiários de 2005 a 2015, sem interrupção		11111111111	443.387	35,24
Total de indivíduos com participação sem interrupção			1.108.074	88,08

Fonte: Elaborado pelo autor

Observando a tabela 3, outras duas questões surgem: i) Quais características (além da renda) são determinantes do tempo de permanência como beneficiário do PBF? ii) Será que alguma característica dos indivíduos, das famílias ou mesmo do programa tem um peso maior na permanência no programa? Buscando responder essas questões, a próxima seção se dedicará a apresentar uma análise dos determinantes da permanência no PBF por meio de uma análise de sobrevivência.

## 7. Determinantes da Saída do Programa Bolsa Família

### 7.1 Modelo de Sobrevivência

O objetivo desta seção é apresentar o modelo de sobrevivência utilizado para estimar os determinantes da saída dos beneficiários do PBF.

A análise de sobrevivência se concentra no tempo esperado até a ocorrência de um evento de interesse. Dado isso, neste trabalho estamos considerando como tempo de sobrevivência o tempo de permanência como beneficiário do PBF, ou seja, o evento considerado no modelo será a saída do PBF (sem retorno dentro período analisado). Entretanto, o evento não é observado para alguns indivíduos dentro do período analisado, ou seja, 443.387 indivíduos da coorte acompanhada são beneficiários sem interrupção durante todo o período analisado, de 2005 a 2015, nesse caso, nossos dados apresentam censura à direita.

Para avaliar os fatores relacionados à saída dos beneficiários do PBF serão estimados quatro diferentes modelos de riscos: riscos proporcionais de Cox, Weibull, Gompertz e Exponencial<sup>11</sup>.

No modelo de riscos proporcionais de Cox (Cox 1972), a função de risco considerada é:

$$h(t) = h_0(t) \exp(\beta_1 x_1 + \dots + \beta_k x_k) \quad (2)$$

O modelo de Cox fornece estimativas de  $\beta_1, \dots, \beta_k$  mas não fornece uma estimativa direta de  $h_0(t)$ , o risco da baseline. Formalmente, a função  $h_0(t)$  não é estimada diretamente, mas é possível recuperar uma estimativa do risco cumulativo  $H_0(t)$  e, a partir disso, uma estimativa da função sobrevivente da linha de base  $S_0(t)$ .

<sup>11</sup> Para uma apresentação completa ver e Cleves et al. (2010) e Cameron e Trivedi (2005).

Os outros modelos utilizados para ajustar funções de sobrevivência para os efeitos de covariáveis são modelos paramétricos. Nesses modelos a função  $h_0(t)$  assume uma forma paramétrica específica, sendo que o modelo Weibull assume  $h_0(t) = pt^{p-1}$  e  $h(t_j) = p\lambda t^{p-1}$  e o modelo de Gompertz assume  $h_0(t) = \exp(\gamma t)$  e  $h(t_j) = \lambda \exp(\gamma t)$  onde  $\lambda_j = \exp(x_j\beta)$  e  $p$  e  $\gamma$  são os parâmetros auxiliares a serem estimados a partir dos dados. O Modelo Exponencial é um caso especial do modelo de Weibull, quando  $p$  é igual a 1, e do modelo de Gompertz, quando  $\gamma$  é igual a zero.

A vantagem dessa abordagem totalmente paramétrica é que você obtém um modelo parcimonioso e suaviza as funções de risco. A desvantagem é que eles carregam a suposição estrita de que o risco segue a forma funcional escolhida. Se a função escolhida não for a correta, então as *hazard ratios* estimadas estarão, em essência, sem sentido (CLEVES et al., 2010).

## 7.2 Resultados

Esta seção tem como objetivo apresentar os resultados dos modelos de sobrevivência descritos acima.

Os dados utilizados nas estimações desta seção incluem: uma observação para cada indivíduo da coorte acompanhada que teve participação no programa sem interrupção; a variável tempo de permanência, que registra o número de anos que os indivíduos se mantiveram como beneficiários do PBF e, conforme dito anteriormente, os dados apresentam censura à direita.

A tabela 4 apresenta a *hazard ratio* dos quatro modelos estimados. As estimativas usando as distribuições Weibull, Gompertz e Exponencial são diretamente comparáveis àquelas produzidas pelo modelo de Cox. No entanto, para os modelos paramétricos estimamos também a função de risco da baseline. No caso do Modelo de Weibull o parâmetro  $p$  estimado é maior que 1, o que significa que o risco de saída do PBF aumenta com o tempo. No caso específico do modelo estimado, após 10 anos como BPF os beneficiários têm 2,84 vezes mais probabilidade de sair do que após 5 anos no programa  $((10/5)^{2,508-1})$ . No modelo de Gompertz o parâmetro estimado  $\gamma$  é positivo, o que também significa que a chance de saída do PBF aumenta com o tempo, porém, o valor de  $\gamma$  não é tão distante de zero e quando  $\gamma$  é igual a zero o risco de saída do PBF é igual para todo  $t$  e o modelo reduz-se ao modelo com distribuição exponencial.

Buscando verificar qual modelo paramétrico melhor se ajusta aos dados, utiliza-se o critério de informações de Akaike (AIC), o qual pode ser definido como:

$$AIC = -2(\log \text{likelihood}) + 2(c + p + 1) \quad (3)$$

onde  $c$  é o número de covariáveis do modelo e  $p$  é o número de parâmetros auxiliares específicos. Dado isso, o modelo com menor valor de AIC é o Modelo de Weibull. No entanto, se observa que os valores estimados pelos quatro modelos são muito próximos, fato este que demonstra robustez dos resultados encontrados.

Dado isso, conforme tabela 4, o fato de o beneficiário ser homem, branco e residir em município com IDEB maior são todas características que aumentam a probabilidade dele deixar de ser beneficiário do PBF. Por sua vez, ter mais irmãos (tanto mais novos quanto mais velhos), residir em um município com percentual maior de pobres e com pior desigualdade de renda diminui a probabilidade de saída do PBF.

Continuando a analisar os resultados apresentados na tabela 4, e também ilustrados pelo gráfico 5, outro ponto interessante de destacar é que ter irmãos mais novos tem impacto maior na permanência como beneficiário do programa do que ter irmãos mais velhos. De acordo com os resultados do Modelo de Cox, ter um irmão mais novo diminui a probabilidade de sair do PBF em 31%, enquanto ter um irmão mais velho diminui a probabilidade de sair do PBF em 4,8%, em qualquer instante do tempo.

Ainda nesse sentido, se em 2005 uma criança da coorte residia em um município com educação de baixa qualidade (medida pelo IDEB) isso aumenta a probabilidade de ela continuar como beneficiária do programa em qualquer instante do tempo. Nesse caso, cada ponto adicional do IDEB aumenta probabilidade de sair do PBF em 6,2%. Ou seja, um mesmo indivíduo da coorte residindo em um município com IDEB 3,0 em 2005 tem uma probabilidade 6,2% menor de sair do programa comparativamente a se ele residisse

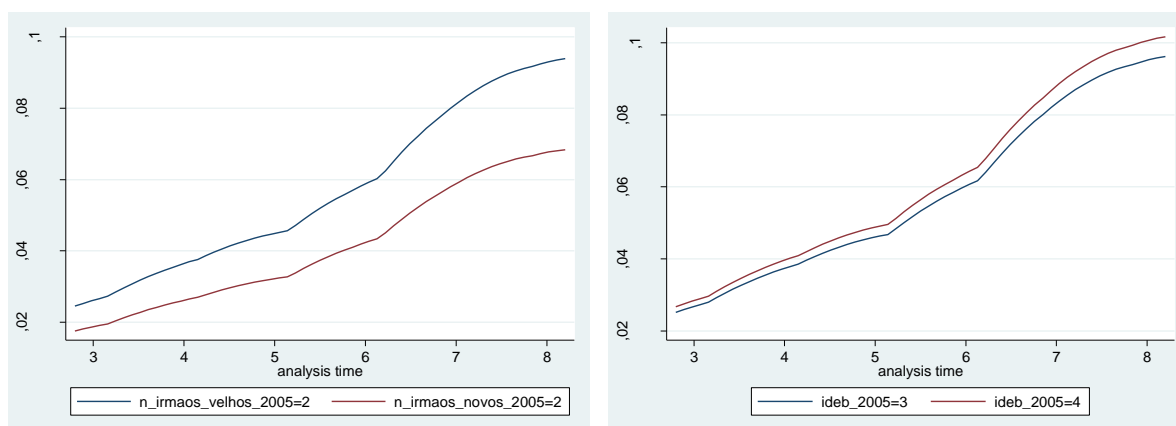
em um município com IDEB igual a 4,0, por exemplo. Isso indica que a efetividade da condicionalidade de frequência escolar pode ser insuficiente para garantir a quebra do ciclo intergeracional da pobreza e que crianças igualmente pobres tem probabilidades distintas de não mais precisar do PBF de acordo com a qualidade da educação que recebem.

Tabela 4: *Hazard ratio* dos Modelos Cox, Weibull, Gompertz e Exponencial

	Cox	Weibull	Gompertz	Exponencial
Homem	1,111*** (0,003)	1,122*** (0,003)	1,127*** (0,003)	1,097*** (0,002)
Branco	1,136*** (0,004)	1,145*** (0,004)	1,147*** (0,004)	1,102*** (0,003)
Número de irmãos mais velhos beneficiários do PBF em 2005	0,952*** (0,001)	0,952*** (0,002)	0,955*** (0,002)	0,961*** (0,001)
Número de irmãos mais novos beneficiários do PBF em 2005	0,690*** (0,001)	0,676*** (0,001)	0,672*** (0,001)	0,736*** (0,001)
Ideb municipal em 2005 - 4ª série	1,062*** (0,004)	1,066*** (0,004)	1,067*** (0,004)	1,049*** (0,003)
% de pobres no município em 2000	0,982*** (0,000)	0,981*** (0,000)	0,980*** (0,000)	0,984*** (0,000)
Índice L de Theil municipal de 2000	0,800*** (0,010)	0,788*** (0,010)	0,788*** (0,010)	0,863*** (0,009)
Dummy de UF	Sim	Sim	Sim	Sim
Constante		-5,260*** (0,023)	-3,612*** (0,022)	0,126*** (0,002)
p		2,508*** (0,003)		
Gamma			0,294*** (0,000)	
N	936.344	936.344	936.344	936.344
Log pseudolikelihood		-701160,69	-713402,53	-894183
AIC		1402391	1426875	1788433

Fonte: Elaborado pelo autor

Gráfico5: Funções *hazard* construídas com os valores estimado pelo Modelo Cox



Fonte: Elaborado pelo autor

## 8 Conclusão

Conforme visto na literatura revisada neste trabalho, parece não haver dúvida de que o PBF tenha sido eficaz em cumprir seus objetivos de curto prazo, aliviando a pobreza e a pobreza extrema. No entanto, dado que não existe nenhuma evidência a respeito da sua eficácia no longo prazo, este trabalho procurou iniciar o preenchimento desta lacuna na literatura.

Com o objetivo de analisar se os beneficiários do PBF estão conseguindo escapar da armadilha da pobreza, ou seja, de analisar se as crianças e jovens de famílias beneficiárias estão conseguindo deixar de ser dependentes do PBF ao longo do tempo, o presente trabalho introduz o conceito de taxa de permanência no PBF. A ideia consiste em verificar quantos dos beneficiários em um determinado ano continuam como beneficiários com o passar dos anos. Nesse artigo, em particular, analisamos a taxa de permanência no programa (até 2015) de todos os que eram beneficiários em 2005 e que completaram 10 anos naquele ano.

As principais evidências encontradas são de que a taxa de permanência agregada diminui de forma contínua e praticamente constante ao longo de todo o período analisado atingindo o valor de 42,6% em 2015. Isso significa que dos 1.258.191 indivíduos beneficiários do PBF com 10 anos de idade em 2005, encontramos 535.781 deles, com 20 anos em 2015, inseridos em uma família ainda beneficiária do programa (como responsável familiar ou dependente). Vale destacar que 9% dos indivíduos dessa coorte (cerca de 112 mil pessoas) eram responsáveis familiares beneficiários do PBF. Assim, temos uma evidência que esse grupo não conseguiu superar a situação de pobreza.

Ainda nesse sentido, verificamos que ser homem, branco e residente de município com IDEB maior aumenta a probabilidade de deixar de ser beneficiário do PBF, enquanto, ter mais irmãos, tanto mais novos quanto mais velhos, residir em um município com percentual maior de pobres e com pior desigualdade de renda diminui a probabilidade de deixar de ser beneficiário do PBF. Mais especificamente encontramos que ter um irmão mais novo diminui a probabilidade de sair do PBF em 31%, enquanto ter um irmão mais velho diminui a probabilidade de sair do PBF em 4,8%, em qualquer instante do tempo.

Com relação à educação, encontramos que se em 2005 uma criança da coorte residia em um município com educação de baixa qualidade (medida pelo IDEB) isso aumenta a probabilidade de ela continuar como beneficiária do programa em qualquer instante do tempo. Nesse caso, cada ponto adicional do IDEB aumenta probabilidade de sair do PBF em 6,2%, ou seja, um mesmo indivíduo da coorte residindo em um município com IDEB 3,0 em 2005 tem uma probabilidade 6,2% menor de sair do programa do que se ele residisse em um município com IDEB igual a 4,0. Isso indica que a efetividade da condicionalidade de frequência escolar pode ser insuficiente para garantir a quebra do ciclo intergeracional da pobreza e que crianças igualmente pobres tem probabilidades distintas de não mais precisar do PBF de acordo com a qualidade da educação que recebem.

## Referências

- ARAÚJO, M. C.; BOSH, M.; SCHADY, S. **Can Cash Transfers Help Households Escape an Inter-Generational Poverty Trap?** Paper presented at NBER conference on the The Economics of Asset Dynamics and Poverty Traps, Washington DC, 2016.
- BAEZ, J. E.; CAMACHO, A. **Assessing the Long-Term Effects of Conditional Cash Transfers on Human Capital: Evidence from Colombia**, Policy Research Working Papers, 2011
- BANCO MUNDIAL. **Evidence and lessons learned from impact evaluations on social safety nets**. Washington: World Bank, 2011.
- BARHAM, T., MACOURS, K., and MALUCCIO, J.A. **More Schooling, More Learning, More Earnings: Effects of a Three-Year Conditional Cash Transfer Program in Nicaragua after 10 Years**. Unpublished manuscript, 2016.
- BARRIENTOS, A. **Transferências de renda para o desenvolvimento humano no longo prazo**. In: CAMPELLO, T.; NERI, M.C. Programa Bolsa Família: uma década de inclusão e cidadania Brasília: Ipea, 2013.
- BARROS, R. P.; CARVALHO, M.; FRANCO, S.; MENDONÇA, R. **A focalização do Programa Bolsa Família em perspectiva comparada**. In: BRAHÃO, J. de C.; MODESTO, L. Bolsa Família 2003-2010: avanços e desafios. Brasília: Ipea, 2010.
- BEHRMAN, J.R., PARKER, S.W. and TODD, P.E. **Do Conditional Cash Transfers for Schooling Generate Lasting Benefits? Five-year Follow-up of Progresa/Oportunidades**. Journal of Human Resources 46(1), 93-122, 2011
- CAMERON, A. Colin; TRIVEDI, Pravin K. **Microeconometrics: methods and applications**. Cambridge university press, 2005.
- CAMPELLO, T.; NERI, M.C. **Programa Bolsa Família: uma década de inclusão e cidadania**. Brasília: Ipea, 2013.
- CECCHINI, S.; MADARIAGA, A. **Conditional cash transfer programmes. The recent experience in Latin America and the Caribbean**. Santiago: ECLAC, 2011.
- CIRENO, F.; SILVA, J.; PROENÇA, R.P. **Condicionalidades, desempenho e percurso escolar de beneficiários do Programa Bolsa Família**. In: CAMPELLO, T.; NERI, M.C. Programa Bolsa Família: uma década de inclusão e cidadania Brasília: Ipea, 2013.
- CLEVES, M. A.; GOULD, W. W.; GUTIERREZ, R. G.; MARCHENKO, Y. V. **An Introduction to Survival Analysis Using Stata**. 3 ed. College Station, TX: Stata Press, 2010.
- CRAVEIRO, C. B. A.; XIMENES, D. A. **Dez anos do Programa Bolsa Família: Desafios e perspectivas para a universalização da educação básica no Brasil**. In: CAMPELLO, T.; NERI, M.C. Programa Bolsa Família: uma década de inclusão e cidadania Brasília: Ipea, 2013.
- FISZBEIN, A.; SCHADY, N. **Conditional cash transfers. Reducing Present and Future Poverty**. Washington: World Bank, 2009.
- GARCIA, M.; MOORE, C. M. T. **The cash dividend. The rise of cash transfer programs in Sub-Saharan Africa**. Washington: World Bank, 2012.

GLEWWE, P.; KASSOUF, A. L. **The Impact of the Bolsa Escola/Família Conditional Cash Transfer Program on Enrollment, Grade Promotion and Drop out Rates in Brazil** In: Anais do XXXVIII Encontro Nacional de Economia. Salvador, Anpec, 2008

HANDAYANI, S. W.; BURKLEY, C. **Social assistance and conditional cash transfers. The proceedings of the regional workshop.** Manila: Asian Development Bank, 2010.

HOFFMANN, R. **Transferências de renda e redução da desigualdade no Brasil e em cinco regiões, entre 1997 e 2005.** In: BARROS, R. P.; FOGUEL, M. N.; ULYSSEA, G. Desigualdade de renda no Brasil: uma análise da queda recente. Brasília: Ipea. 2007.

INEP – INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **Programa Bolsa Família sobre a frequência escolar: uma análise de diferenças, a partir da PNAD.** n. 6, Brasília, 2011. (Boletim de Estudos Educacionais do INEP).

LINDERT, K. *et al.* **The nuts and bolts of Brazil's Bolsa Família Program: implementing conditional cash transfers in a decentralized context.** São Paulo: The World Bank, 2007 (Social Protection Discussion Paper, n. 709).

MDS - Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário. **Avaliação de Impacto do Programa Bolsa Família. 1a Rodada (AIBF I).** Brasília, 2007.

MDS - Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário. **Avaliação de Impacto do Programa Bolsa Família. 2a Rodada (AIBF II)** Brasília, 2012.

MDS - Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário. **Manual para Acesso aos Dados do Cadastro Único,** 2015.

MDS – Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário. Disponível: <<https://www.mds.gov.br/bolsafamilia>>. Acesso em: 15 de jun. 2017.

MDS - Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário. **Manual para Acesso aos Dados do Cadastro Único,** 2015.

OLIVEIRA, L. F. B. D.; SOARES, S. S. D. **O impacto do Programa Bolsa Família sobre a repetência: resultados a partir do Cadastro Único, Projeto Frequência e Censo Escolar.** Rio de Janeiro: Ipea, 2013. (Texto para discussão, n. 1.814).

OSORIO, R. G. *et al.* **Erradicar a pobreza extrema: um objetivo ao alcance do Brasil.** Brasília: Ipea, 2011 (Texto para Discussão, n. 1.619).

PAIVA, L.H; FALCÃO, T.; BARTHOLO, L. **Do Bolsa Família ao Brasil Sem Miséria: Um Resumo do Percurso Brasileiro Recente na Superação da Pobreza Extrema.** In: CAMPELLO, T.; NERI, M.C. Programa Bolsa Família: uma década de inclusão e cidadania Brasília: Ipea, 2013.

RASELLA, D.; AQUINO, R.; SANTOS, C. A. T.; PAES-SOUZA, R.; BARRETO, M.L. **Efeitos do Programa Bolsa Família sobre a mortalidade de crianças: uma análise nos municípios brasileiros.** In: CAMPELLO, T.; NERI, M.C. Programa Bolsa Família: uma década de inclusão e cidadania Brasília: Ipea, 2013.

REIMERS, F.; SILVA, C. D.; TREVINO, R. **Where is the “Education” in Conditional Cash Transfers in Education?,** Montreal, UNESCO Institute of Statistics, 2006.



SOARES, S., de SOUZA, P. H. G. F., OSÓRIO, R. G., SILVEIRA, F. G. **Os Impactos do Benefício do Programa Bolsa Família Sobre a Desigualdade e Pobreza** in de CASTRO, J. A., MODESTO, L. Bolsa Família 2003–2010: Avanços e Desafios – Volume 2. Brasília, Ipea, 27–52, 2010

SOARES, F. V. et al. **Programas de transferência de renda no Brasil: impactos sobre a desigualdade**. Brasília: Ipea, 2006 (Texto para Discussão, n. 1.228).

SOARES, F.V.; BRITTO, T. **‘Growing Pains’: Key Challenges for New Conditional Cash Transfer Programmes in Latin America**. International Poverty Center. Brasília: BNDES, n. 44, 2007.

SOARES, S.; SÁTYRO, N. **O Programa Bolsa Família: desenho institucional, impactos e possibilidades futuras**. Brasília: Ipea, 2009. (Texto para discussão, n. 1.424).

SOARES, S. **Volatilidade de renda e a cobertura do Programa Bolsa Família**. Brasília: Ipea, 2009 (Texto para Discussão, n. 1.459).

SOARES, S. et al. **Conditional cash transfers in Brazil, Chile and Mexico: impacts upon inequality**. Brasília: International Poverty Centre, n. 35, 2007 (Working Paper).

SOARES, S.; RIBAS, R. P.; SOARES, F. V. **Focalização e Cobertura do Programa Bolsa Família: qual o significado dos 11 milhões de famílias?** Brasília: Ipea, 2009 (Texto para Discussão, n. 1.396).

SOARES, S. *et al.* **Os impactos do benefício do Programa Bolsa Família sobre a desigualdade e a pobreza**. In: ABRAHÃO, J. de C.; MODESTO, L. Bolsa Família 2003-2010: avanços e desafios. Brasília: Ipea, 2010.

SOUZA, P. H. G. F. D.; OSÓRIO, R. G. **O perfil da pobreza no Brasil e suas mudanças entre 2003 e 2011**. In: CAMPELLO, T.; NERI, M.C. Programa Bolsa Família: uma década de inclusão e cidadania Brasília: Ipea, 2013.

VASCONCELOS, A. M. et al. **Programa Bolsa Família e Geração “Nem-Nem”:** Evidências para o Brasil. Revista Brasileira de Economia, Rio de Janeiro, v. 71, n. 2, p. 233-257, jul. 2017. ISSN 0034-7140. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rbe/article/view/65863>>. Acesso em: 18 Ago. 2017.